



BCLV Comércio de Veículos S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
14º Andar – Sala 1403 - Jardim América
14020-260 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Caixa Postal 457
14001-970 - Ribeirão Preto, SP - Brasil

Telefone: 55 (16) 3323-6650
Fax: 55 (16) 3323-6651
Internet: www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BCLV Comércio de Veículos S.A.
Ribeirão Preto – São Paulo

Examinamos as demonstrações financeiras da BCLV Comércio de Veículos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCLV Comércio de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto, 8 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



André Luiz Monaretti
Contador CRC 1SP160909/O-3

BCLV Comércio de Veículos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	2012	2011		Nota	2012	2011
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.885	6.826	Fornecedores	12	54.145	83.683
Contas a receber de cliente e outros recebíveis	6	18.038	14.111	Empréstimos e financiamentos	13	34.147	16.592
Estoques	7	56.333	85.896	Adiantamentos de clientes	15	3.753	4.004
Tributos a recuperar		1.825	284	Salários, encargos sociais e tributos a recolher	16	5.881	5.922
Adiantamentos a fornecedor	8	5.632	2.948	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	1.384
Outros ativos		1.780	640	Outras contas a pagar		60	1.271
Total do ativo circulante		85.493	110.705	Total do passivo circulante		97.986	112.856
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	13	29.777	44.102
Ativos fiscais diferidos	9	1.788	-	Passivos fiscais diferidos	9	-	2.605
Depósitos judiciais		474	414	Provisões para contingências	17	763	421
Outros ativos		3	1.868	Outras contas a pagar		-	3.376
Imobilizado	10	56.870	66.552	Total do passivo não circulante		30.540	50.504
Intangível	11	23.428	23.434	Patrimônio líquido	18		
Total do ativo não circulante		82.563	92.268	Capital social		36.359	26.359
				Reserva de lucros		3.171	7.690
				Ajuste de avaliação patrimonial		-	5.564
				Total do patrimônio líquido		39.530	39.613
Total do ativo		168.056	202.973	Total do passivo		128.526	163.360
				Total do passivo e patrimônio líquido		168.056	202.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BCLV Comércio de Veículos S.A.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	2012	2011
Receita operacional	19	678.524	751.909
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	20	<u>(604.452)</u>	<u>(671.493)</u>
Lucro bruto		<u>74.072</u>	<u>80.416</u>
Despesas comerciais	21	(32.529)	(30.878)
Despesas gerais e administrativas	22	(37.795)	(27.474)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		<u>(734)</u>	<u>1.151</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>3.014</u>	<u>23.215</u>
Receitas financeiras		519	1.231
Despesas financeiras		<u>(17.302)</u>	<u>(13.368)</u>
Receita (despesas) financeiras líquidas	23	<u>(16.783)</u>	<u>(12.137)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(13.769)</u>	<u>11.078</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	9	-	(3.553)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	<u>4.393</u>	<u>(303)</u>
Resultado do exercício		<u><u>(9.376)</u></u>	<u><u>7.222</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BCLV Comércio de Veículos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Resultado do exercício	<u>(9.376)</u>	<u>7.222</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(9.376)</u></u>	<u><u>7.222</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BCLV Comércio de Veículos S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento futuro aumento de capital	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2011		<u>21.859</u>	<u>4.500</u>	<u>1.265</u>	<u>5.583</u>	<u>-</u>	<u>33.207</u>
Integralização de capital social		4.500	(4.500)	-	-	-	-
Realização do custo atribuído		-	-	-	(19)	19	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	7.222	7.222
Lucros distribuídos		-	-	-	-	(816)	(816)
Retenção de lucros		-	-	6.425	-	(6.425)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	18	<u>26.359</u>	<u>-</u>	<u>7.690</u>	<u>5.564</u>	<u>-</u>	<u>39.613</u>
Aumento de capital social		10.000	-	-	-	-	10.000
Realização do custo atribuído		-	-	-	(5.564)	5.564	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	(9.376)	(9.376)
Lucros distribuídos		-	-	-	-	(707)	(707)
Retenção de lucros		-	-	(4.519)	-	4.519	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	18	<u>36.359</u>	<u>-</u>	<u>3.171</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>39.530</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BCLV Comércio de Veículos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

		2012	2011
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	Nota		
Resultado do exercício		(9.376)	7.222
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		6.086	4.039
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		105	12
Provisão para perda no valor recuperável dos estoques		225	(264)
Resultado na venda de ativo imobilizado		(860)	(199)
Baixa de outros ativos não circulantes		870	-
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos		12.949	9.835
Provisão para contingências		342	(666)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.393)	303
(Aumento) em contas a receber e outros recebíveis		(4.032)	(1.842)
Diminuição (aumento) em estoques		29.338	(49.361)
(Aumento) diminuição em tributos a recuperar		(1.541)	310
(Aumento) em adiantamentos a fornecedor		(4.082)	(1.546)
(Aumento) em outros ativos circulantes e não circulantes		(145)	(1.435)
(Aumento) em depósitos judiciais		(60)	-
(Diminuição) aumento em fornecedores		(29.538)	43.457
(Diminuição) em adiantamentos de clientes		(251)	(1.456)
(Diminuição) aumento em salários, encargos sociais e tributos a recolher		(41)	5.805
(Diminuição) em outras contas a pagar		(4.587)	(634)
Juros pagos de financiamentos		(4.848)	(2.169)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.384)	(3.157)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais		<u>(15.223)</u>	<u>8.254</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	26 b	(21.792)	(26.258)
Caixa proveniente de alienação de imobilizado		35.710	5.129
Aquisição de intangível		(139)	(237)
Fluxo de caixa decorrente das (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>13.779</u>	<u>(21.366)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos		56.071	58.503
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(58.861)	(57.890)
Captação de empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas		-	17.946
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas		(10.000)	-
Aumento de capital social		10.000	-
Lucros pagos		(707)	(68)
Caixa usado nas (proveniente das) atividades de financiamentos		<u>(3.497)</u>	<u>18.491</u>
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa		<u>(4.941)</u>	<u>5.379</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		<u>6.826</u>	<u>1.447</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	26 a	<u>1.885</u>	<u>6.826</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BCLV Comércio de Veículos S.A., localizada na Avenida Wladimir Meirelles Ferreira, 1.556, Jardim Botânico, Ribeirão Preto, estado de São Paulo, com nome fantasia EUROBIKE, compreende uma rede de concessionárias especializada em veículos premium. A sociedade tem como objeto social o comércio de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios, nacionais e importados, novos e usados, a assistência técnica e a consignação de autos e motos; importação de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios; comércio varejista de combustíveis e lubrificantes; participação em outras sociedades empresárias ou não, como sócia, ou acionista (holding); consultoria em gestão de concessionárias de veículos; e locação de veículos próprios ou de terceiros (exceto arrendamento mercantil); intermediação de venda de veículos.

A Companhia possui 24 lojas situadas em 8 cidades: Ribeirão Preto/SP, Bauru/SP, São José do Rio Preto/SP, Porto Alegre/RS, Caxias do Sul/RS, Barueri/SP, São Paulo/SP e Uberlândia/MG. A Companhia representa as marcas Audi, BMW (autos e motos), Chrysler, Dodge, Jaguar, Jeep, Land Rover, MINI, MVAgusta, Porsche, Ram, Triumph e Volvo.

Em 23 de novembro de 2012, os acionistas aprovaram por unanimidade a transformação do tipo jurídico da Companhia, passando de BCLV Comércio de Veículos Ltda. para BCLV Comércio de Veículos S.A., aprovando também a consolidação do novo Estatuto Social e elegendo os membros do Conselho de Administração e esse último elegendo seus diretores executivos. Com a aprovação da transformação do tipo societário, a Companhia converteu as quotas representativas do Capital Social em ações pelo mesmo valor, não havendo, portanto, qualquer tipo de alteração no capital social da Companhia.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 8 de março de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção do ativo imobilizado para o qual foi adotado o custo atribuído.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes a políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 25 – Arrendamentos mercantis operacionais
- Nota 24 – Instrumentos Financeiros

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 9 – Utilização de prejuízos fiscais
- Nota 10 – Vida útil de ativo imobilizado
- Nota 11 – Recuperabilidade de ativo intangível
- Nota 17 – Provisões para contingência

e. Demonstração de resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece o contas a receber de clientes e outros recebíveis inicialmente na data em que foram originados pela prestação de serviços. Os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos

os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

iii. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido no estatuto são reconhecidos como passivo ou retidos. Vide nota explicativa 18 f.

b. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuível à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e comparativos são as seguintes:

- | | |
|---------------------------|---------|
| • Edificações | 60 anos |
| • Máquinas e equipamentos | 10 anos |
| • Móveis e utensílios | 10 anos |
| • Veículos | 5 anos |
| • Instalações | 10 anos |
| • Benfeitorias | 25 anos |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Ativos intangíveis

i. Software

As licenças de programas de computador (“softwares”) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas foram capitalizadas pelo custo e os gastos associados à manutenção dessas são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de 5 anos para os ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

ii. Fundo de comércio

O fundo de comércio é composto de um conjunto de bens corpóreos ou incorpóreos que facilitam o exercício da atividade mercantil. No caso do fundo de comércio detido pela Companhia os valores representam a possibilidade de comercializar seus veículos em alguns lugares estratégicos para seu negócio.

O fundo de comércio não tem prazo para término do benefício, sendo ele condicionado apenas à saída da Companhia do lugar e, portanto, sua vida útil é indeterminada, não sendo amortizado.

iii. Direitos de concessão

Os direitos de concessão possuídos pela Companhia são direitos de comercializar certas marcas de automóveis premium em uma certa localização.

Os direitos de concessão são renovados por prazo indeterminado, sendo seu término condicionado à venda do mesmo para outra Companhia.

d. Ativos arrendados

Os arrendamentos, em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos referentes aos arrendamentos mercantis operacionais não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia, sendo reconhecidos como despesa à medida que os pagamentos das prestações contratuais são efetuados.

e. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis que não excedem o valor realizável líquido, sendo valorizados pelo critério do custo médio ponderado.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o estoque e o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (unidade geradora de caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

g. Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Receita operacional

Venda de mercadorias

A receita operacional da venda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais da modalidade da venda, mas normalmente coincide com o momento da retirada do produto vendido.

Bônus

O bônus recebido pela Companhia das montadoras de automóveis é reconhecido quando já é certo que o seu recebimento ocorrerá e quando o valor pode ser mensurado com confiabilidade.

Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por ordens de serviços referentes a trabalhos realizados.

j. Arrendamentos

Pagamento de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

Determinação de um contrato de arrendamento:

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento, no caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- O contrato contém direito de utilização do ativo.

Os prédios alugados utilizados para instalação de concessionárias da Companhia são classificados como arrendamento operacional.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente rendimentos de aplicações financeiras, juros e multas contratuais. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem substancialmente despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e despesas bancárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. A mensuração do imposto diferido reflete as conseqüências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Empresa espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações emitidas pelo CPC ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo essas:

i. CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas, CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto e CPC 45 – Divulgação de participações em outras sociedades

O CPC 36 (R3) introduziu novo conceito de controle para determinar qual investida deve ser consolidada.

O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

Pelo CPC 19 (R2), a estrutura de negócios em conjunto, embora ainda seja uma importante consideração, não é o principal fator na determinação do tipo de negócio em conjunto e da subsequente contabilização:

- Operação em conjunto (*joint operation*), quando as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio, é contabilizada de acordo com os interesses das partes nos ativos, passivos, receitas e despesas.
- Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*), quando as partes integrantes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio, é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial, tendo sido eliminada a consolidação proporcional de empreendimento controlado em conjunto.

O objetivo desse pronunciamento é estabelecer princípios para o reporte financeiro por entidades que tenham interesses em negócios controlados em conjunto (*negócios em conjunto*). A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

O CPC 45 consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais outras entidades. A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

ii. CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto

As principais mudanças introduzidas pelo CPC 18 (R2) se refere à contabilização dos resultados e transações ascendentes (upstream) entre a controlada e a controladora e de transações entre as controladas do mesmo grupo econômico que devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras da vendedora, mas não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais da controladora enquanto os ativos transacionados estiverem no balanço da adquirente pertencente ao grupo econômico.

O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

iii. CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

As principais mudanças introduzidas pelo CPC 33 (R1) se refere à contabilização de planos de benefícios definidos. A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

iv. CPC 46 – Mensuração do valor justo

O CPC 46 define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração. A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

Os novos pronunciamentos ou alterações de pronunciamentos conforme indicados acima não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciados em 1 de janeiro de 2013.

A administração da Companhia concluiu que nenhum desses novos pronunciamentos terá efeito material sobre as demonstrações financeiras.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações financeiras da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i. Contas a receber de cliente e outros recebíveis

O contas a receber e outros recebíveis decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração em função do curto prazo de realização.

ii. Ativo imobilizado

O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado nas abordagens de mercado cotado para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

iii. Ativos intangíveis

O valor justo dos itens do ativo intangível, para fins de recuperabilidade, foi obtido através dos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente.

iv. Passivos financeiros não derivativos

O fornecedores e outras contas a pagar decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração em função do curto prazo de liquidação, respectivamente.

Os empréstimos e financiamentos estão classificados como passivos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de créditos específicas, não negociadas em mercado ativo..

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa e saldo bancário	1.676	5.867
Aplicações financeiras	209	959
	<hr/>	<hr/>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	<u>1.885</u>	<u>6.826</u>

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na entidade e saldos em poder de bancos.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis, principalmente CDI, tendo como contraparte bancos de primeira linha.

A exposição da Companhia a risco de crédito e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 24.

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

6 Contas a receber de cliente e outros recebíveis

	2012	2011
Duplicatas a receber	13.467	9.812
Cartões a receber	4.733	3.270
Outros créditos	387	1.473
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(549)	(444)
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>18.038</u>	<u>14.111</u>

A Companhia em 31 de dezembro de 2012 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa 24.

7 Estoques

	2012	2011
Veículos novos	34.696	71.817
Veículos usados	7.443	5.004
Motos novas	2.654	2.068
Motos usadas	857	278
Peças e acessórios	10.704	6.698
Outros	242	69
Provisão para perda no valor recuperável dos estoques	(263)	(38)
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>56.333</u>	<u>85.896</u>

As movimentações para perda no estoque são as seguintes:

	2012	2011
Saldo no início do exercício	(38)	(302)
Provisão	(263)	-
Reversão	38	264
	_____	_____
Saldo final do exercício	(263)	(38)

A despesa com a constituição da provisão para perda de estoque foi registrada na rubrica custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

8 Adiantamento a fornecedores

	2012	2011
Adiantamento a fornecedores de veículos	1.692	2.176
Adiantamento a fornecedores de serviços	3.940	772
	_____	_____
	5.632	2.948

9 Ativos e passivos fiscais diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado possuem as seguintes origens:

	Ativo/(Passivo)		Resultado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social				
Provisão para contingências	259	143	116	(227)
Provisão para valor não realizável nos estoques	89	12	77	(91)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	142	106	36	5
Prejuízo fiscal a compensar	1.298	-	1.298	-
Custo atribuído sobre terrenos	-	(2.866)	2.866	10
	_____	_____	_____	_____
Total de IR e CS diferidos	1.788	(2.605)	4.393	(303)

Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais correntes, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, podendo ser utilizados contra tais perdas.

Conciliação de IR/CS sobre o lucro:

Reconciliação da taxa efetiva	2012	2011
Resultado do exercício antes dos impostos	(13.769)	11.078
Alíquota Nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa com imposto a alíquota nominal	4.681	(3.767)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(357)	(256)
Outras	<u>69</u>	<u>167</u>
Imposto corrente	-	(3.553)
Imposto diferido	4.393	(303)

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

10 Imobilizado

	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Instalações	Benfeitorias	Obras em andamento	Outros	Total
Custo										
Saldo em 1º de janeiro de 2011	9.248	5.302	3.011	3.278	19.291	572	9.956	505	100	51.263
Adições	2.198	3.344	1.950	1.515	5.033	406	6.247	11.647	41	32.381
Baixas	(22)	(3)	(18)	(837)	(2.150)	(2)	(73)	(1.750)	(75)	(4.930)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	11.424	8.643	4.943	3.956	22.174	976	16.130	10.402	66	78.714
Adições	41	4.738	2.881	12.619	-	344	5.762	4.724	-	31.109
Baixas	(20.527)	(50)	(16)	(1.091)	(13.291)	-	(1.542)	-	(66)	(36.583)
Transferências	12.901	23	(120)	1	-	96	-	(12.901)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.839	13.354	7.688	15.485	8.883	1.416	20.350	2.225	-	73.240
Depreciação										
Saldo em 1º de janeiro de 2011	(165)	(2.651)	(647)	(502)	-	(140)	(4.146)	-	-	(8.251)
Adições	(204)	(864)	(401)	(418)	-	(84)	(1.940)	-	-	(3.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(369)	(3.515)	(1.048)	(920)	-	(224)	(6.086)	-	-	(12.162)
Adições	(149)	(1.279)	(621)	(1.061)	-	(144)	(2.687)	-	-	(5.941)
Baixas	261	14	2	120	-	7	1.329	-	-	1.733
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(257)	(4.780)	(1.667)	(1.861)	-	(361)	(7.444)	-	-	(16.370)
Valor contábil										
Em 31 de dezembro de 2011	11.055	5.128	3.895	3.036	22.174	752	10.044	10.402	66	66.552
Em 31 de dezembro de 2012	3.582	8.574	6.021	13.624	8.883	1.055	12.906	2.225	-	56.870

Garantia

Bens do ativo imobilizado foram concedidos em garantia de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 10.167 (idêntico em 2011).

Análise do valor de recuperação

De acordo com o CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação.

O resultado de tal avaliação em 31 de dezembro de 2012 não apontou necessidade de provisão para redução no valor recuperável destes ativos.

11 Intangível

	Software	Fundo de comércio	Direito de concessão	Marcas e patentes	Total
<i>Custo</i>					
Saldo em 1º de janeiro de 2011	278	4.320	18.743	135	23.476
Adições	230	-	-	7	237
Saldo em 31 de dezembro de 2011	508	4.320	18.743	142	23.713
Adições	101	-	-	38	139
Saldo em 31 de dezembro de 2012	609	4.320	18.743	180	23.852
<i>Amortização</i>					
Saldo em 1º de janeiro de 2011	(151)	-	-	-	(151)
Adições	(128)	-	-	-	(128)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(279)	-	-	-	(279)
Adições	(145)	-	-	-	(145)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(424)	-	-	-	(424)
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2011	229	4.320	18.743	142	23.434
Em 31 de dezembro de 2012	185	4.320	18.743	180	23.428

Os valores recuperáveis dos ativos intangíveis de vida útil indefinida, relacionados aos saldos de fundo de comércio e direito de concessão, foram estimados com base em seu valor de uso. Conforme mencionado na nota explicativa 24.

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa, taxas de crescimento na perpetuidade e margem EBIT. Os valores determinados para as premissas chave representou a avaliação da Administração às tendências futuras no comércio de veículos premium e foram baseadas tanto em fontes externas como fontes internas (dados históricos). As premissas-chave utilizadas estão demonstradas abaixo e refletem a média ponderada dos testes de recuperação calculados:

	Taxa média ponderada (em percentual)	
	2012	2011
Taxa de desconto	8,93%	7,63%
Taxa de crescimento (perpetuidade)	0%	0%
Margem EBIT (média ponderada para os próximos cinco anos)	2,02%	1,83%

12 Fornecedores

	2012	2011
Fornecedores de veículos	40.441	74.472
Fornecedores de peças	4.299	3.106
Fornecedores diversos	9.405	6.105
	<u>54.145</u>	<u>83.683</u>

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2012 e 2011 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras.

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na nota explicativa 24.

13 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa 24.

Modalidade	Nota	Moeda	Encargos	Ano de vencimento	2012	2011
Capital de giro		R\$	100% CDI 3,17% a.a	2015	28.378	26.348
BNDES Automático		R\$	TJLP + 6,8% a.a	2016	3.723	5.081
Conta garantia		R\$	10,7% a.a	2013	9.515	16
Financiamento imobiliário		R\$	13,5% a.a	2021	4.041	4.530
Leasing		R\$	12% a.a	2014	181	547
Finame		R\$	TJLP + 2,5% a.a	2015	8.040	162
Crédito Diretor ao Consumidor – CDC		R\$	16% a.a	2013	46	10
Compror		R\$	100% CDI	2012	-	4.000
Empréstimos entre partes relacionadas	14	R\$	102% CDI	2014	10.000	20.000
					<u>63.924</u>	<u>60.694</u>
Circulante					<u>(34.147)</u>	<u>(16.592)</u>
Não circulante					<u>29.777</u>	<u>44.102</u>

Segue abaixo cronograma de amortização da dívida:

Exercício	2012	2011
2012	-	16.592
2013	34.147	9.457
2014	17.893	26.312
2015	4.161	5.475
2016 à 2021	7.723	2.858
	<u>63.924</u>	<u>60.694</u>

Garantias

Para os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia são concedidos como garantias aval do controlador e imóveis.

14 Partes relacionadas

Controladora

Durante o exercício de 2012, 66,48% (91,74% em 2011) das ações da Companhia pertencem à BPAG – Brazilian Premium Auto Group S.A, que detém o controle da Companhia.

Operações com o pessoal-chave da administração

Remuneração de pessoal-chave da administração

Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e suas controladas. No período findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Em 2012, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a direção da Companhia, totalizou R\$ 1.981 (R\$ 1.234, em 2011).

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, são apresentados a seguir:

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>		<u>Resultado</u>	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Outros Ativos						
Mútuo financeiro a receber – Nota 13 (a)	533	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos						
Mútuo financeiro a pagar (b)	-	-	10.000	20.000	(1.166)	(334)
Outras contas a pagar						
Distribuição de lucros a pagar (c)	-	-	60	748	-	-
Receita na venda de ativo imobilizado (d)	-	-	-	-	16.000	-

- (a) Mútuo financeiro firmado com a parte relacionada BVAC Comércio de Veículos Ltda. para suprir necessidades de capital de giro.
- (b) Mútuo financeiro com membro próximo da família do acionista não controlador. Quanto ao mútuo financeiro a pagar a correção feita é fixada em 102% do CDI mensal e registrado no resultado em despesas financeiras.
- (c) Lucros a pagar aos acionistas registrados em outras contas a pagar no passivo circulante.
- (d) Durante o exercício de 2012, por estratégia de negócio da Companhia, foram vendidos imóveis à membro próximo do acionista não controlador, cujo resultado na venda do imobilizado totalizou uma perda de R\$ 360. A Companhia não apresenta saldos a receber ou a pagar com a diretoria.

Para os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia são concedidos como garantias imóvel e aval pelo controlador.

15 Adiantamentos de clientes

	2012	2011
Adiantamentos de clientes de veículos	3.293	3.702
Adiantamentos de clientes de pós-vendas	460	302
	<u>3.753</u>	<u>4.004</u>

16 Salários, encargos sociais e tributos a recolher

	2012	2011
Salários e encargos sociais	1.977	2.535
Provisão de férias	2.636	2.317
Tributos a recolher	1.268	1.070
	<u>5.881</u>	<u>5.922</u>

17 Provisão para contingências

	Cíveis, tributárias e trabalhistas
Saldo em 1º de janeiro de 2011	1.087
Provisões revertidas	<u>(666)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	421
Adições	<u>342</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u><u>763</u></u>

Segue composição das provisões:

	2012	2011
Trabalhistas	203	110
Ações de indenização	524	231
Outros	<u>36</u>	<u>80</u>
	<u><u>763</u></u>	<u><u>421</u></u>

A provisão trabalhista refere-se a uma ação movida por um ex-funcionário da Companhia.

As ações de indenização referem-se a processos movidos por clientes devido a problemas em veículos revendidos pela Companhia.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$ 17.141 (12.075 em 2011) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	2012	2011
Tributária	16.691	11.888
Ações de indenização	280	187
Outros	<u>170</u>	<u>-</u>
	<u><u>17.141</u></u>	<u><u>12.075</u></u>

As ações tributárias referem-se a autos de infração e imposição de multa de ICMS.

As ações de indenização referem-se a processos movidos por clientes devido a problemas em veículos revendidos pela Companhia.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado subscrito e integralizado está representado por 36.539.000 ações ordinárias (26.359.000 cotas em 2011), no valor de R\$ 1,00 cada, pertencentes aos seguintes acionistas:

	2012	2011
	Participação	Participação
BPAG – Brazillian Premium Auto Group S.A.	66,48%	91,71%
Henry Visconde	33,51%	8,28%
Verônica Aparecida Concenza Vieira	0,006%	0,01%
Abin Participações e Negócios Ltda.	0,006%	-
Alexandre Carvalho Gaeta	0,006%	-
	<hr/>	<hr/>
	100,00%	100,00%

Conforme assembléia geral extraordinária ocorrida em 18 de abril de 2012, foi aprovado pelos acionistas aumento de capital social no valor de R\$ 10.000, mediante a emissão de 10.000.000 ações ordinárias, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, diluindo a participação societária do controlador.

b. Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquido residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme apresentado nesta nota explicativa, item (f).

c. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de lucros

Os lucros acumulados apurados até 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram reclassificados no patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de lucros, que está à disposição dos acionistas para futura destinação.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10, deduzido do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos, tendo sido totalmente realizado em 2012 mediante alienação dos ativos que lhe deram origem.

f. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina um dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei 6.404/76.

19 Receita operacional

	2012	2011
Receita de venda de veículos novos	460.037	577.950
Receita de venda de veículos usados	83.259	85.959
Receita de venda de motos novas	59.125	24.943
Receita de venda de motos usadas	6.750	4.286
Receita da oficina	54.621	38.282
Receitas de venda de peças e acessórios	5.800	5.587
Receita de bônus das concessionárias	16.097	21.472
Receitas de agregados	3.109	2.656
Receita de combustíveis	750	2.686
	<u>689.548</u>	<u>763.821</u>
Total da receita bruta		
Menos:		
ICMS sobre venda	(1.625)	(1.394)
Cofins sobre venda	(6.315)	(4.483)
PIS sobre venda	(1.371)	(973)
IPI sobre venda	(2)	(9)
ISS sobre serviços prestados	(796)	(525)
Devoluções	(915)	(4.528)
	<u>(11.024)</u>	<u>(11.912)</u>
Total devoluções e impostos		
Total de receita	<u>678.524</u>	<u>751.909</u>

20 Custos por natureza

	2012	2011
Custos		
Custo de venda de veículos novos	(431.051)	(536.570)
Custo de venda de veículos usados	(77.276)	(78.906)
Custo de venda de motos novas	(50.691)	(21.922)
Custo da oficina	(33.887)	(24.320)
Custo de venda de motos usadas	(6.844)	(3.947)
Custos de venda de peças e acessórios	(3.803)	(3.730)
Custo de combustíveis	(675)	(2.362)
Provisão para perda no valor recuperável dos estoques	(225)	264
	<u>(604.452)</u>	<u>(671.493)</u>
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados		

21 Despesas comerciais por natureza

	2012	2011
Despesa com salários e encargos	(15.212)	(12.220)
Despesa com comissão de vendas	(5.190)	(6.287)
Outras despesas	(5.728)	(5.914)
Despesa com publicidade e propaganda	(3.744)	(4.004)
Despesa com fretes e carretos	(1.651)	(1.092)
Despesa com eventos	(1.004)	(1.361)
	<hr/>	<hr/>
Despesas comerciais	<u>(32.529)</u>	<u>(30.878)</u>

22 Despesas gerais e administrativas por natureza

	2012	2011
Despesa com salários e encargos	(8.698)	(7.333)
Despesa com aluguéis	(8.401)	(5.776)
Despesa com depreciação e amortização	(6.086)	(4.039)
Despesa com telefonia e dados	(1.712)	(1.000)
Despesa com segurança	(1.660)	(1.128)
Despesa com consultoria e assessorias	(1.654)	(1.200)
Despesa com limpeza	(1.418)	(922)
Despesa com material de consumo	(1.247)	(807)
Despesa com taxa e emolumentos	(261)	(347)
Despesa com manutenção e conservação	(1.004)	(718)
Despesa com energia elétrica	(1.086)	(713)
Outras despesas	(4.568)	(3.491)
	<hr/>	<hr/>
Despesas gerais e administrativas	<u>(37.795)</u>	<u>(27.474)</u>

23 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	2012	2011
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	138	818
Juros e multas recebidos	323	90
Rendimentos sobre aplicações financeiras	58	322
	<u>519</u>	<u>1.231</u>
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(982)	(668)
Despesas bancárias	(1.203)	(904)
Impostos sobre operações financeiras	(2.168)	(1.938)
Juros sobre financiamentos	(12.949)	(9.866)
	<u>(17.302)</u>	<u>(13.368)</u>
	<u>(16.783)</u>	<u>(12.137)</u>

24 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de

gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

O risco de crédito da Companhia é minimizado em função da maior parte do recebimento ser feito à vista, por meio de adiantamentos, financiamento e troca com veículo usado.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		<u>Valor contábil</u>	
	Nota	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.885	6.826
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	18.038	14.111

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 1.885 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 6.826 em 2011), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos.

As movimentações da provisão para perdas por redução no valor recuperável (impairment) são apresentadas a seguir:

	2012	2011
Saldo em 1º de janeiro	(444)	(431)
Provisão	(105)	(14)
Baixa	<u>-</u>	<u>1</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>(549)</u>	<u>(444)</u>

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A Companhia acredita que os montantes que não sofrem perda de redução no valor recuperável e que estão vencidos há mais de 30 dias são cobráveis, com base em histórico de comportamento de pagamento.

A Companhia acredita que nenhuma provisão será necessária com relação a contas a receber não vencido.

A composição por vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era a seguinte:

	2012	2011
A vencer	8.792	6.970
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	8.246	5.733
De 31 a 60 dias	479	278
De 61 a 90 dias	88	437
De 91 a 180 dias	155	606
Acima de 181 dias	827	531
	<u>18.587</u>	<u>14.555</u>
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(549)</u>	<u>(444)</u>
	<u><u>18.038</u></u>	<u><u>14.111</u></u>

A realização do crédito do contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela diretoria. O contas a receber de clientes é relacionado a vários clientes e a Empresa considera o estágio dos procedimentos internos e externos de cobrança para estimar uma provisão para crédito de liquidação duvidosa em contrapartida ao resultado para tais títulos, o que normalmente ocorre para títulos vencidos há mais de 180 dias.

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Empresa acredita que a provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão desse risco se dá pela composição de um capital de giro de curto prazo que sustente as operações de vendas, como: estoque médio e prazo médio de recebíveis, demanda na outra ponta, recursos com taxas atrativas e de curto prazo, com giro médio de pagamento dessas operações de 60 dias. Esse capital normalmente é composto de adiantamentos de clientes, 60 dias para pagamento de alguns veículos novos e limite de crédito de nos bancos parceiros.

Exposição a riscos de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Cronograma de amortização da dívida

31 de dezembro de 2012	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 96
			Meses	meses	meses	meses	meses	Meses
Fornecedores	54.145	54.145	54.145	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	63.924	89.020	50.339	13.994	8.895	5.437	4.189	6.166

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ser realizados antecipadamente.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	Risco	Valor contábil	
		2012	2011
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Fornecedores		40.441	70.471
Empréstimos e financiamentos		13.783	9.265
Instrumentos de taxa variável			
Aplicações financeiras	CDI	209	959
Empréstimos e financiamentos	TJLP e CDI	50.141	51.429

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

- De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante) Maior ou igual a 1
- De alavancagem financeira* Maior que 1

*Se o grau de alavancagem financeira (GAF) for maior que 1,0 indica que a alavancagem será considerada favorável: o retorno do Ativo Total (conjunto de bens e direitos da Companhia, expressos em moeda) será razoavelmente maior que a remuneração paga ao capital de terceiros. Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	2012	2011
Ativo circulante	85.493	110.705
Passivo circulante	97.986	112.856
Índice de liquidez	0,81	0,98
Resultado do exercício	(9.376)	7.222
Patrimônio líquido	39.530	39.613
RPL (retorno sobre o patrimônio líquido)	(0,24)	0,18
Resultado do exercício	(9.376)	7.222
Ativo total	168.056	202.973
RAT (retorno sobre o ativo total)	(0,06)	0,04
GAF (grau de alavancagem financeira) RPL/RAT	4	4,5

Análise de sensibilidade

A Companhia possui R\$ 50.141 de empréstimos e financiamentos indexados a taxa pós-fixada, substancialmente o CDI. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI, sendo o cenário provável 10% superior à taxa média de juros efetivos em 2012. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do exercício e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2012	Risco	Taxa de juros efetiva	Provável		Cenários		Elevação do Índice	
				%	Valor	Elevação do Índice em 25%		Elevação do Índice em 50%	
						%	Valor	%	Valor
Passivos Financeiros - Financiamentos	38.378	Aumento CDI	15,68%	17,25%	(603)	19,6%	(1.504)	23,52	(3.009)
Passivos Financeiros - Financiamentos	11.763	Aumento TJLP	13%	14,29%	(48)	16,24	(121)	19,49	(242)
Total	50.141	***	***	***	(651)	***	(1.625)	***	(3.251)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2012	Risco	Taxa de juros efetiva	Cenários					
				Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Passivos Financeiros - Financiamentos	38.378	Aumento CDI	15,68%	14,11%	603	11,76%	1.504	7,84	3.009
Passivos Financeiros - Financiamentos	11.763	Aumento TJLP	13%	11,70%	48	9,75	121	6,50	242
Total	50.141	***	***	***	651	***	1.625	***	3.251

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

O contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e adiantamentos de clientes decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

Os empréstimos e financiamentos estão classificados como passivos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações indexadas às taxas de mercado correspondentes ao risco de crédito da Companhia, não negociadas em mercado ativo.

Hierarquia do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31 de dezembro de 2012		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.885	-
	31 de dezembro de 2011		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	-	6.826	-

25 Compromissos com contratos

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	2012	2011
Menos de ano	10.398	379
Entre um e cinco anos	26.131	14.010
Mais de cinco anos	2.146	11.087
Total	38.675	25.476

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui contratos de alugueis assinados, com compromisso de desembolsos anuais, conforme demonstrado no quadro acima, cuja vigência dos contratos de locação ocorrerá em média até 2015.

Os arrendamentos mercantis operacionais que a Companhia possui, são referentes aos prédios utilizados para instalação de suas concessionárias nas cidades de Bauru, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São Paulo, Barueri, Uberlândia, Porto Alegre e Caxias do Sul.

26 Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada de acordo com o CPC 3 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa.

- (a) Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia e suas controladas e saldos em poder de bancos.
- (b) Durante o exercício de 2012, a Companhia e suas controladas adquiriram ativo imobilizado ao custo total de R\$ 31.109 (R\$ 32.381 em 2011). Pagamentos em caixa de R\$ 21.792 (R\$ 26.258 em 2011) foram feitos para aquisição de imobilizado, sendo R\$ 1.398 por meio de fornecedores a pagar e R\$ 7.919 (R\$ 6.123 em 2011) foram por meio de financiamentos.

27 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia adota como prática fazer análise de risco individual para cada operação. As coberturas de seguros são compostas por:

	2012	2011
Incêndio, raios, vendaval e explosão	16.000	16.000
Responsabilidade civil	1.300	1.300
Chapa experiência	1.000	1.000
Roubo e furto	100	100
Danos elétricos	300	300
Riscos diversos	570	570

28 Eventos subsequentes

Em 5 de fevereiro de 2013 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples não Conversíveis em Ações, tendo como Agente Fiduciário a Planner Trustee DTVM Ltda., com as seguintes características:

- Montante de emissão: R\$ 50.000
- Quantidade de debêntures emitidas: 50.000
- Banco Mandatário e Escriturador: Banco Bradesco S.A.
- Destinação dos recursos: serão utilizados para alongamento do perfil dos empréstimos e financiamentos de curto prazo.
- Prazo de vencimento: 5 anos
- Amortização de principal: 1º ano: carência; 2º ano ao 5º ano: 25% do volume captado por ano
- Taxa: “All in” da transação: 100% CDI + 2,67% ao ano
- Pagamento de juros: mensal sem carência
- Garantias: (i) três imóveis localizados: São José do Rio Preto, Uberlândia e Ribeirão Preto, (ii) aplicações financeiras em torno de R\$ 8.700 mil, que garantem 60% do valor da operação.

Os recursos foram liberados em 28 de fevereiro de 2013.

O vencimento das parcelas de juros se iniciarão em 15 de março de 2013, de amortização em 15 de abril de 2014 e encerram-se em 15 de março de 2018.

* * *

Composição do Conselho da Administração

Henry Visconde
Presidente

Composição da Diretoria

Henry Visconde
Diretor Presidente

Verônica Aparecida Cocenza Vieira
Diretora Financeira

Aldo Biasetton Neto
Diretor

Alexandre Carvalho Gaeta
Diretor

Contador

Verônica Aparecida Cocenza Vieira
CRC/SP 1 SP193416/O-5